Diário Oficial

ESTADO DE SÃO PAULO

v. 95

n. 166

São Paulo

quarta-feira, 4 de setembro de 1985

PODER EXECUTIVO

LEIS

LEI N.º 4.665, DE 3 DE SETEMBRO DE 1985

Declara de utilidade pública o Lar Rosa de Sarom, com sede em São Carlos

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º — É declarado de utilidade pública o Lar Rosa de Sarom, com sede em São Carlos.

Artigo 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 3 de setembro de 1985.

FRANCO MONTORO

José Carlos Dias, Secretário da Justiça

Carlos Alfredo de Souza Queiróz,

Secretário da Promoção Social

Luiz Carlos Bresser Pereira, Secretário do Governo

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 3 de setembro de 1985.

LEI N.º 4.666, DE 3 DE SETEMBRO DE 1985

Declara de utilidade pública a "Casa dos Velhos de Quatá", com sede em Quatá

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º — É declarada de utilidade pública a "Casa dos Velhos de Quatá", com sede em Quatá.

Artigo 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 3 de setembro de 1985.

FRANCO MONTORO

José Carlos Dias, Secretário da Justiça

Carlos Alfredo de Souza Queiróz,

Secretário da Promoção Social

Luiz Carlos Bresser Pereira, Secretário do Governo

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 3 de setembro de 1985.

LEI N.º 4.667, DE 3 DE SETEMBRO DE 1985

Declara de utilidade pública o "L.E.A.I.S." — Lar Espírita Assistencial Irmã Scheila de Quatá, com sede em Quatá

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º — É declarado de utilidade pública o "L.E.A.I.S." — Lar Espírita Assistencial Irmã Scheila de Quatá, com sede em Quatá.

Artigo 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 3 de setembro de 1985.

FRANCO MONTORO

José Carlos Dias, Secretário da Justiça

Carlos Alfredo de Souza Queiróz,

Secretário da Promoção Social

Luiz Carlos Bresser Pereira, Secretário do Governo

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 3 de setembro de 1985.

LEI N.º 4.668, DE 3 DE SETEMBRO DE 1985

Dá a denominação de "Prof. Juvenal Machado de Araújo" à Escola Estadual de 1.º Grau da Vila Tesouro, em São José dos Campos

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º — Passa a denominar-se "Prof. Juvenal Machado de Araújo", a Escola Estadual de 1.º Grau da Vila Tesouro, em São José dos Campos.

Artigo 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 3 de setembro de 1985.

FRANCO MONTORO

Paulo Renato Costa Souza, Secretário da Educação

Luiz Carlos Bresser Pereira, Secretário do Governo

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 3 de setembro de 1985.

LEI N.º 4.669, DE 3 DE SETEMBRO DE 1985

Dá a denominação de "Profa. Magdalena Sanseverino Grosso" à Escola Estadual de 1.º Grau do Jardim Planalto, em Artur Nogueira

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º — Passa a denominar-se "Profa. Magdalena Sanseverino Grosso" a Escola Estadual de 1.º Grau do Jardim Planalto, em Artur Nogueira.

Artigo 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 3 de setembro de 1985.

FRANCO MONTORO

Paulo Renato Costa Souza, Secretário da Educação

Luiz Carlos Bresser Pereira, Secretário do Governo

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 3 de setembro de 1985.

LEI N.º 4.670, DE 3 DE SETEMBRO DE 1985

Dá a denominação de "Hortência Quintino de Faria Botelho" à Escola Estadual de 1.º Grau do Jardim Praia Grande, em Mongaguá

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º — Passa a denominar-se "Hortência Quintino de Faria Botelho" a Escola Estadual de 1.º Grau do Jardim Praia Grande, em Mongaguá.

Artigo 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 3 de setembro de 1985.

FRANCO MONTORO

Paulo Renato Costa Souza, Secretário da Educação

Luiz Carlos Bresser Pereira, Secretário do Governo

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 3 de setembro de 1985.

LEI N.º 4.671, DE 3 DE SETEMBRO DE 1985

Denomina "Profa. Juventina de Oliveira Penna Campos" a Escola Estadual de 1.º Grau (Agrupada) do Jardim Alvorada, em Monte Alto

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º — Passa a denominar-se "Profa. Juventina de Oliveira Penna Campos" a Escola Estadual de 1.º Grau (Agrupada) do Jardim Alvorada, em Monte Alto.

Artigo 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 3 de setembro de 1985.

FRANCO MONTORO

Paulo Renato Costa Souza, Secretário da Educação

Luiz Carlos Bresser Pereira, Secretário do Governo

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 3 de setembro de 1985.

DECRETOS

DECRETO N.º 23.874, DE 3 DE SETEMBRO DE 1985

dispõe sobre abertura de crédito suplementar a diversos Órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, destinado a atender despesas com Pessoal e Reflexos

FRANCO MONTORO, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o que dispõe o artigo 8.º, da Lei Complementar n.º 396, de 18 de junho de 1985; o artigo 2.º, da Lei Complementar n.º 397, de 10 de julho de 1985; o artigo 3.º, da Lei Complementar n.º 398, de 10 de julho de 1985; o artigo 6.º, da Lei Complementar n.º 399, de 10 de julho de 1985; o artigo 2.º, da Lei Complementar n.º 400, de 10 de julho de 1985; o artigo 2.º, da Lei Complementar n.º 401, de 10 de julho de 1985; o artigo 5.º, da Lei Complementar 403, de 11 de julho de 1985; o artigo 7.º, da Lei Complementar n.º 404, de 11 de julho de 1985; o artigo 28, da Lei n.º 4.569, de 16 de maio de 1985; o artigo 2.º, da Lei n.º 4.635, de 15 de julho de 1985 e o artigo 5.º, da Lei n.º 4.636, de 15 de julho de 1985,

Decreta:

Artigo 1.º — Fica aberto um crédito suplementar no valor total de Cr\$ 3.652.811.400.000 (três trilhões, seiscentos e cinquenta e dois bilhões, oitocentos e onze milhões, quatrocentos mil cruzeiros), observando-se nas classificações Institucional, Econômica e Funcional-Programática, a discriminação indicada na Tabela 1, deste decreto.

Artigo 2.º — O crédito aberto pelo artigo anterior será coberto com recursos a que alude o inciso II, do § 1.º, do artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, na seguinte conformidade:

I — Cr\$ 395.000.000.000 (trezentos e noventa e cinco bilhões de cruzeiros), nos termos do artigo 8.º, da Lei Complementar n.º 396, de 18 de junho de 1985;

II — Cr\$ 24.800.000.000 (vinte e quatro bilhões, oitocentos milhões de cruzeiros), nos termos do artigo 2.º, da Lei Complementar n.º 397, de 10 de julho de 1985;

III — Cr\$ 62.500.000.000 (sessenta e dois bilhões, quinhentos milhões de cruzeiros), nos termos do artigo 3.º, da Lei Complementar n.º 398, de 10 de julho de 1985;

IV — Cr\$ 549.456.000.000 (quinhentos e quarenta e nove bilhões, quatrocentos e cinquenta e seis milhões de cruzeiros), nos termos do artigo 6.º, da Lei Complementar n.º 399, de 10 de julho de 1985;

V — Cr\$ 19.200.000.000 (dezenove bilhões, duzentos milhões de cruzeiros), nos termos do artigo 2.º, da Lei Complementar n.º 400, de 10 de julho de 1985;

VI — Cr\$ 48.761.400.000 (quarenta e oito bilhões, setecentos e sessenta e um milhões, quatrocentos mil cruzeiros), nos termos do artigo 2.º, da Lei Complementar n.º 401, de 10 de julho de 1985;

VII — Cr\$ 2.211.527.000.000 (dois trilhões, duzentos e onze bilhões, quinhentos e vinte e sete milhões de cruzeiros), nos termos do artigo 5.º, da Lei Complementar n.º 403, de 11 de julho de 1985;

VIII — Cr\$ 340.000.000.000 (trezentos e quarenta bilhões de cruzeiros), nos termos do artigo 7.º, da Lei Complementar n.º 404, de 11 de julho de 1985;

IX — Cr\$ 730.000.000 (setecentos e trinta milhões de cruzeiros), nos termos do artigo 28, da Lei n.º 4.569, de 16 de maio de 1985;

X — Cr\$ 72.000.000 (setenta e dois milhões de cruzeiros), nos termos do artigo 2.º, da Lei n.º 4.635, de 15 de julho de 1985; e

XI — Cr\$ 765.000.000 (setecentos e sessenta e cinco milhões de cruzeiros), nos termos do artigo 5.º, da Lei n.º 4.636, de 15 de julho de 1985.

Artigo 3.º — Em decorrência do disposto nos artigos anteriores, fica aberto ao Instituto de Previdência do Estado de São Paulo — IPESP, um crédito de Cr\$ 1.429.505.000.000 (um trilhão, quatrocentos e vinte e nove bilhões, quinhentos e cinco milhões de cruzeiros), suplementar ao seu orçamento vigente, aprovado pelo Decreto n.º 23.161, de 26 de dezembro de 1984, obedecendo a distribuição constante das Tabelas 1 e 3, deste decreto.

Artigo 4.º — A suplementação de que trata o artigo anterior será coberta com recursos a que alude o inciso II, do § 1.º, do artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Artigo 5.º — Fica alterada a Programação da Despesa Orçamentária do Estado, estabelecida pelo Anexo I, de que trata o artigo 3.º, do Decreto n.º 23.187, de 28 de dezembro de 1984, de conformidade com a Tabela 2, deste decreto.

Artigo 6.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 5 de agosto de 1985.

Palácio dos Bandeirantes, 3 de setembro de 1985.

FRANCO MONTORO

Marcos Giannetti da Fonseca, Secretário da Fazenda

José Serra, Secretário de Economia e Planejamento

Luiz Carlos Bresser Pereira, Secretário do Governo

Publicado na Secretaria de Estado do Governo, aos 3 de setembro de 1985.

AGENDA DO GOVERNADOR

Dia 4 de setembro — Quarta-feira

8h30	Café da manhã com Srs. Jornalistas convidados.
9h15	Assinatura de lei, de iniciativa do Poder Executivo, que dispõe sobre aplicação do Regime Autárquico ao Pessoal Técnico-Administrativo do Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" da Universidade de São Paulo.
9h30	Reunião do Secretariado — Área Social — (Integrada pelas Secretarias do Governo, Economia e Planejamento, Descentralização e Participação, Habitação, Saúde, Promoção Social, Educação, Cultura, Esportes e Turismo e do Trabalho).
12h30	Secretário da Segurança Pública.
15h	Assessor Especial.
16h	Secretário Particular.
16h30	Presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo — Sr. Abram Szajman.
18h30	Secretário dos Transportes.
20h30	Concerto pela Banda Sinfônica e Coral da Polícia Militar do Estado, em comemoração à "Semana da Pátria" — Auditório do Palácio dos Bandeirantes.

Seção I

Esta edição de 60 páginas contém os atos normativos e de interesse geral.

Secretarias.....	8	Concursos.....	25
Universidades.....	20	Assembléia Legislativa.....	37
Ministério Público.....	21	Diário dos Municípios.....	56
Tribunal de Contas.....	23	Prefeituras.....	57
Editais.....	25	Boletim Federal.....	58